

Os Joões no poço

Gaudêncio Torquato (*)

Começo pinçando uma parábola de Carlus Matus, o especialista em planejamento estratégico situacional que foi ministro de Salvador Allende no Chile: “não vê que não vê, não sabe que não sabe”

João cai em um profundo poço de paredes verticais. Usa por horas a fio suas forças para escalar as paredes. Não consegue e dorme para recuperar as energias. Acorda e volta a fazer sua tentativa de subir a parede. Cai toda hora. O desespero aumenta. Obcecado pelo trabalho, não olha em direção à claridade externa abertura do poço.

Dia seguinte, um desconhecido, ouvindo o barulho, aproxima-se da borda, vê a cena, busca uma corda e joga-a para João. Que não a enxerga. A pessoa grita: “pegue a corda”. E atira uma pedra nas costas de João. Que sente a dor e olha para cima. Irritado, vociferava: “não vê que estou ocupado?”. O desconhecido insiste: “pegue a corda e suba”. Furioso, João responde: “não vê que estou ocupado, trabalhando? Não tenho tempo para me preocupar com sua corda”. E recomeça seu trabalho.

Milhões de brasileiros, como João, caíram no poço e não sabem dele sair. Perderam a noção de tempo e espaço, não conseguem estabelecer nexos entre o ontem e o hoje. Uma camada de insensibilidade atrapalha seu senso de realidade. Densa névoa turva seus olhos. Milhões perderam o emprego, obrigando-os a fazer um bico aqui e ali para sobreviver.

Sob o teto da incultura, não conseguem descobrir a causa do infortúnio, a razão das angústias, o motivo que esvaziou seus bolsos. Se há alguém responsável por isso são políticos, “cambada de ladrões”. Mas, para muitos, há gente santa, como Lula, que lhes deu Bolsa Família, acesso ao consumo, água do São Francisco, “minha casa, minha vida”.

E assim, na paisagem devastada da política, emerge o fulgurante “Salvador da Pátria”, Luiz Inácio, reverenciado por ter jogado dinheiro no bolso do povo, eternizado pela forma coloquial com que se comunica com as massas, longe das falcatruas que sujam o manto dos

políticos. O mensalão, aquele escandaloso episódio de seu primeiro mandato, ah, isso é coisa dos políticos.

A maior recessão econômica de nossa história foi fruto do descalabro do governo Dilma, responsável pelos milhões de Joões que caíram no poço. Mas isso passa ao largo do lulodilismo. Explicar que a desgraça que atinge milhões de brasileiros é da conta Rouseff não entra na cachola popular. Tanto que MG deve agradá-la com o cargo de senadora da República.

Triste é uma Nação cujos governos deixam milhões de cidadãos ao léu, vivendo sob o grilhão das grandes carências. Mais triste é constatar que a tragédia que se abate sobre o país foi plasmada nos próprios laboratórios do lulopetismo. Eis o preço que se paga quando um líder carismático tem o condão de enganar as massas com verve populista.

Triste sina a nossa, de ver que o Brasil ameaça andar para trás cenários turbulentos forem confirmados nas urnas: a eleição de um candidato fantoche, que segue as diretrizes do padrinho, esse que “será o que quiser no governo do PT”, ou a escolha de um capitão, aplaudido como mito, cujo livro de cabeceira é “A Verdade Sufocada”, de Brilhante Ustra, coronel da ditadura, considerado um torturador.

Se isso ocorrer, seremos condenados a habitar um território assolado pela barbárie, rachado ao meio, com duas bandas destilando bñis e atirando uns contra outros. Voltar a conviver sob o mando de uma casta, que se considera vestal, a dominar uma máquina partidária e com quadros despreparados e comprometidos com o ideário do Foro São Paulo (guinada à esquerda dos países da AL), é fechar as portas a um futuro radiante.

Ver na cadeira central do país um radical, cuja expressão afronta os valores da Cidadania, é viver sob a ameaça permanente de golpe em nossa democracia. Há saída para fugir dessa trágica dualidade? Jogar uma corda para os milhões de joões que caíram no poço e tentar convencê-los a mudar os cenários.

Sob pena de passarmos longa temporada no caos.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato. Acesse o blog (www.observatoriodaeleicao.com).

Toffoli sanciona leis de proteção à família e de acesso à educação

O presidente da República em exercício, Dias Toffoli, sancionou ontem (24) três projetos visando a promoção de direitos das mulheres e o acesso de crianças e adolescentes à educação

Assinou também um decreto que prevê um percentual mínimo de 5% para a administração pública federal contratar pessoas com deficiência. Segundo ele, os projetos representam uma “celebração à proteção da família”.

Toffoli lembrou da época em que era estagiário e teve de lidar com o caso de uma mulher que, segundo ele, foi “literalmente espancada” pelo marido. “Lembro-me dela preocupada com o caso de o marido chegar em casa. Ela perguntou quem iria protegê-la, e disse que o papel [a liminar concedida pelo juiz] não iria protegê-la. Ela acabou desistindo da ação porque achou que, intimado, o marido ficaria mais violento contra ela. Depois de tanto tempo, o Estado brasileiro finalmente supera esse drama”, disse.

O Projeto de Lei 13/2018 amplia as hipóteses de perda do poder familiar, no caso de pessoas que cometem crimes



Presidente da República em exercício, ministro do STF Dias Toffoli.

contra pai ou a mãe de seus filhos. Antes chamado de pátrio poder, o poder familiar envolve direitos e obrigações relacionados à tutela dos pais sobre os filhos. “Nada mais natural do que retirar o poder familiar daqueles que se mostram inaptos a exercer esse poder, que é o familiar”, disse o presidente em exercício.

A nova legislação altera o Código Penal, de forma a incluir, entre as possibilidades de perda de poder familiar, os crimes dolosos (com intenção) sujeitos a pena de reclusão cometidos contra descendentes, como netos, e contra pessoa que detém igual poder familiar ao do condenado – caso dos

cônjuges e companheiros, até mesmo quando já divorciados. Vale também para os casos de tutelas, em que um adulto seja responsável pelo menor e por seus bens; e para os casos de curatela, quando o juiz atribui a um adulto capaz a responsabilidade por pessoa declarada judicialmente incapaz, devido à doença (ABr).

Publicidade comercial nas TVs e rádios estatais

Projeto que libera a veiculação de publicidade remunerada em rádios e TVs controladas pelo poder público tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde aguarda a designação de um relator. Pela proposta, do ex-senador Thieres Pinto (PTB-RR), produtos e campanhas institucionais pagas poderão ajudar a sustentar esses veículos de comunicação.

Hoje rádios e TVs públicas são proibidas de veicular propaganda paga. O senador lembra que a manutenção desses veículos depende somente de verbas orçamentárias, “quase sempre insuficientes”. “Os serviços de radiodifusão tornam-se fonte de despesas para os governos, e têm seus orçamentos substancialmente reduzidos, principalmente em momentos de crise fiscal como o que vivemos hoje. A qualidade da programação fica comprometida”, argumenta Thieres na justificativa.

Pelo texto, esses veículos poderiam comprometer até metade da programação com publicidade de produtos ou campanhas institucionais pagas. Thieres argumenta que o novo modelo, se adotado, trará mais independência política aos veículos e permitirá que eles não fiquem defasados tecnologicamente (Ag.Senado).

Temer defende ampliação do Conselho de Segurança da ONU

Na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o presidente Michel Temer defende, hoje (25), a reforma do Conselho de Segurança da ONU, considerando que o órgão tem o formato do mundo após a Segunda Guerra Mundial. Antes, ele conversa com representantes do G4 (formado por Japão, Alemanha e Índia, além do Brasil). O G4 é o grupo que engloba os países que pleiteiam um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Atualmente há cinco integrantes com poder de veto no órgão: Rússia, Reino Unido, França, Estados Unidos e China. Há, ainda, dez membros não permanentes, sem poder de veto, e que atuam de forma rotativa. A ampliação do conselho é uma demanda do Brasil de antigos governos, desde o ex-presidente Itamar Franco, passando pelos ex-presidentes Fernando Henrique, Lula e Dilma Rouseff.

Porém, há uma controvérsia no próprio órgão: os países que



Em Nova York, Temer defende ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

mantêm assentos permanentes questionam a necessidade de reformas por rusgas bilaterais. Chineses resistem à entrada dos japoneses, enquanto norte-americanos não apreciam o ingresso dos alemães. No passado, França e Reino Unido apoiaram o pleito do G4 de ampliação. O Conselho é vinculado à ONU e responsável pela paz e segurança internacionais. É o único órgão das Nações Unidas que tem poder decisório.

As questões abordadas pelo conselho vão desde a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz até as investigações de situações que podem se transformar em conflito internacional. Por fim, depende dos cinco membros permanentes aceitar o ingresso de novos membros na ONU e recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo secretário-geral (ABr).

TSE permite que deputado condenado retome campanha

Alex Ferreira/Ag. Câmara



Deputado Celso Jacob foi autorizado a retomar campanha eleitoral.

Após ter tido seu registro de candidatura negado pelo TRE-RJ, na última quarta-feira (19), o deputado federal Celso Jacob (MDB-RJ), que tenta a reeleição, já retomou as atividades de campanha. A autorização foi dada no domingo (23), em caráter liminar, pelo ministro Og Fernandes, do TSE. Jacob foi condenado pela 1ª Turma do STF a 7 anos e 2 meses de prisão, em regime semiaberto, por falsificação de documento público e dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei quando era prefeito de Três Rios (RJ). Desde de junho de 2018 cumpre prisão domiciliar.

E sua decisão, o ministro do Og Fernandes destaca que “o candidato cujo registro esteja sub judice poderá efetuar todos os atos relativos à campanha

eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição”. O deputado comemorou e disse, por meio de sua assessoria, que a decisão do TSE “reflete sua inocência”.

Em setembro, o juiz substituto Bruno André Silva Ribeiro, da Vara de Execuções Penais em Regime Aberto, do TJ-DF, autorizou Jacob a ficar na cidade de Três Rios de 11 de setembro a 2 de outubro de 2018. Jacob ganhou destaque no noticiário em 2017 quando passou a cumprir expediente como deputado de dia na Câmara, mas à noite tinha voltar ao Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, para cumprimento de pena (ABr).

Compensação ambiental em assentamentos rurais

A regularização ambiental de lotes situados em assentamentos da reforma agrária e áreas de até um módulo fiscal poderá ser feita mediante compensação ambiental. É o que propõe o projeto do senador Cidinho Santos (PR-MT). O texto tramita na Comissão de Meio Ambiente do Senado, sob a relatoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). A proposta também foi distribuída à Comissão de Agricultura, onde será analisada em caráter terminativo.

O percentual de reserva legal para áreas de assentamentos rurais será definido pela data de sua implantação e fracionamento, observando-se para tanto a legislação vigente à época. Ficam automaticamente suspensas todas as autuações e embargos ambientais aplicados em assentamentos rurais envolvendo infrações cometidas antes de maio de 2012, considerando a inexistência de passivo ambiental.

Atualmente, diz Cidinho, há cerca de 9.300 projetos de assentamentos rurais criados pelo Incra em todo o país. Destes, 8.700 têm mais de cinco anos



Atualmente, há cerca de 9.300 projetos de assentamentos rurais criados pelo Incra em todo o país.

de criação, abrangendo aproximadamente 977.039 famílias de assentados da reforma agrária, as quais, diz o senador, serão beneficiadas com a aprovação do projeto. De acordo com a Embrapa, módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo Incra para cada município. A medição leva em conta o tipo de exploração predominante, a renda obtida e outros cultivos existentes no município. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

Com as regras vigentes no Novo Código Florestal, que trata de forma igualitária a regularização ambiental para todas as propriedades rurais com área de até 4 módulos fiscais, há um prejuízo, argumenta Cidinho Santos, para as pequenas propriedades rurais e lotes da reforma agrária com área de até 1 (um) módulo fiscal, prejudicando a subsistência do agricultor familiar, que em regiões da Amazônia Legal precisaria reflorestar 80% da pequena propriedade rural (Ag. Senado).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br